

ACORDO DE DOIS ANOS MANTÉM CONQUISTAS

Em aniversário de um ano da CCT 2016/2018, estratégia se mostrou acertada: diante da lei trabalhista de Temer, que retira direitos, bancários ganharam fôlego para organizar resistência; acordo traz aumento real de 1% este ano

A estratégia da categoria bancária de fechar, na Campanha 2016, um acordo com validade de dois anos (1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2018) se mostrou acertada. Diante da aprovação, este ano, da lei da terceirização irrestrita e da reforma trabalhista, os bancários ganharam fôlego para organizar a resistência contra o desmonte da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) previsto no texto da lei, que passa a valer em novembro.

“Os bancários foram visionários e arrancaram, após mais de 30 dias de greve, um acordo de dois anos, em meio a um turbilhão de ameaças que acabaram sendo aprovadas pelo governo Temer. Além da CCT, também garantimos os direitos do nosso acordo específico, mas temos muita luta pela frente, contra as medidas desse governo ilegítimo”, diz o diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa, Dionísio Reis.

Entre as ameaças da nova lei estão contratos para trabalho temporário, intermitente, autônomos (PJ) e terceirizados, a responsabilização dos empregados em caso de teletrabalho e o risco de perda de direitos diante do enfraquecimento da relação com os sindicatos.

Termo de compromisso – O dirigente lembra que a Campanha Nacional está nas ruas, nas mobilizações em defesa dos bancos públicos (*leia nas páginas centrais*), nas atividades em defesa dos empregos e dos direitos. E está nas mesas de negociação com a Fenaban (federação dos bancos). “Entregamos à Fenaban um documento para a construção de um termo de compromisso que garanta o respeito aos direitos da nossa CCT [Convenção Coletiva de Trabalho]”, informa. A Fenaban ainda está avaliando o documento e as mesas de negociação continuam.

“Mais do que nunca é fundamental que os empregados se mobilizem e estejam ao lado do Sindicato. Além de tentar aniquilar com os direitos trabalhistas, o governo Temer está promovendo um verdadeiro desmonte dos bancos públicos e precisamos lutar em defesa da Caixa”, destaca.



Direitos – Dionísio lembra que foi também o acordo de dois anos que impediu o reajuste no Saúde Caixa. “Graças ao acordo coletivo da Caixa de dois anos, a Justiça concedeu liminar impedindo aumento que o banco tentou impor.”

Ele cita ainda como exemplo de direitos mantidos pelo acordo específico de dois anos a eleição de delegados sindicais em todos os locais de trabalho e a PLR Social. “Nosso acordo coletivo específico tem 66 cláusulas que representam conquistas históricas dos empregados”, enfatiza.

Aumento real – O acordo de dois anos também garante a reposição da inflação mais aumento real de 1% a partir da data base da categoria bancária, que é 1º de setembro 2017.

Fechar agências é encolher a Caixa

O governo Temer continua diminuindo tamanho e papel social da Caixa. Em 28 de agosto, Dia do Bancário, empregados de agência na Vila Clementino (zona sul) souberam que a unidade encerrará atividades em 24 de setembro.

Em negociação no dia 15 de agosto, em Brasília, os representantes do banco anunciaram a intenção de reavaliar cerca de 100 agências em todo o país. Não especificaram quais, mas afirmaram que a análise consideraria o retorno financeiro dessas unidades.

“Isso não leva em conta que a Caixa tem uma função social, diferentemente dos bancos comerciais. E esse trabalho que os empregados da Caixa realizam na área social, como pagamento de PIS, seguro

desemprego, FGTS, é difícil de mensurar porque não se traduz em lucro imediato. Tem uma característica mais ampla, que envolve desenvolvimento social e que não pode ser medida pela régua do retorno financeiro”, destaca o dirigente sindical e bancário da Caixa Danilo Perez.

A Caixa tem 4.244 agências e postos de atendimento, que foram responsáveis por pagar cerca de 39,8 milhões de benefícios sociais no primeiro trimestre de 2017 (R\$ 7,2 bilhões, dos quais R\$ 6,9 bi do Bolsa Família). O banco pagou 67 milhões de benefícios voltados ao trabalhador (R\$ 73,7 bi) e 16,1 milhões de aposentadorias e pensões (R\$ 19 bilhões).

“A Caixa atende principalmente a população mais carente e ajuda a desenvol-

ver a economia de municípios onde não interessam aos bancos privados atuar, portanto, o fechamento de agências ditas deficitárias é um golpe para essas localidades”, lembra Danilo.

Cobrada pelo Sindicato, a Superintendência Regional Paulista afirmou que a decisão de fechar a unidade na Vila Clementino é da direção da empresa, e garantiu que os bancários serão realocados de acordo com suas residências.

O movimento sindical está em campanha de defesa da Caixa e demais bancos públicos (veja abaixo). “Estamos mobilizando bancários e a população. Essa é uma luta de todos. Perder os bancos públicos significará a piora das condições de vida da população”, afirma o dirigente.



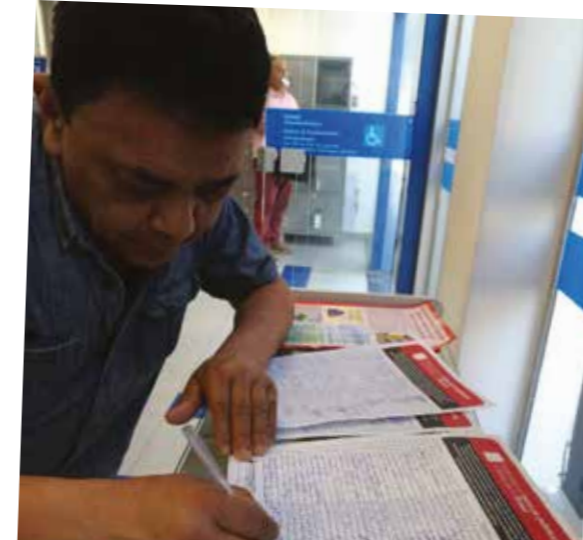
Campanha nas ruas em defesa da Caixa e demais bancos públicos



Adesão grande ao abaixo assinado em defesa da Caixa e demais bancos públicos, em Carapicuíba



Dirigente Francisco Pugliesi conversa com bancários de agência da Vila Dirce, em Carapicuíba



População assina documento contra ataques de Temer aos bancos públicos



Dirigente Jackeline Machado conversa com a população em ato em defesa da Caixa



Valter San Martin, dirigente sindical, em protesto na agência Vila Clementino



Dirigente Vivian Sá nas ruas em defesa da Caixa



Renato Perez, diretor do Sindicato, em ato no Centro de São Paulo

Para combater as investidas do governo Temer contra Caixa, Banco do Brasil, BNDES e demais bancos públicos, o movimento sindical bancário vai às ruas em campanha pela defesa dessas instituições tão importantes para a sociedade e para o desenvolvimento do país. Os atos em todo o país, às quartas-feiras, visam alertar bancários e a população sobre o desmonte que está sendo promovido.

Dirigentes sindicais da Caixa e do BB deixam claro aos cidadãos que sem os bancos públicos o preço dos alimentos vai aumentar, os sonhos da casa própria e do diploma universitário serão inviabilizados, o setor produtivo terá dificuldades para gerar empregos. Ou seja, a vida de todos será pior.

Os protestos fazem parte da Campanha Nacional dos bancários, que também é em defesa dos empregos, contra a terceirização e por nenhum direito a menos.

“O papel dos bancos públicos é fundamental no financiamento da indústria nacional, na aquisição da casa própria, na agricultura familiar e na melhoria da infraestrutura”, reforçou a presidenta do Sindicato, Ivone Silva, em um dos atos, acrescentando que só os bancos públicos aumentaram sua participação no crédito, passando de 36% para 56% do total concedido entre 2008 e 2016.

Nas manifestações, a população é convidada a assinar documento em defesa dos bancos públicos.

Acompanhe pelo www.spbancarios.com.br.

GDP oficializa as metas abusivas

Muitos bancários não assinaram, mas mesmo esses se queixam de terem recebido relação de metas inalcançáveis

O prazo para que os empregados assinassem o programa Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) terminou em 31 de agosto e já está dando dor de cabeça aos trabalhadores. O Sindicato recebeu várias denúncias de bancários que foram pressionados para aderir ao programa, que estabelece compromisso de cumprimento de metas. Mas também recebeu relatos de muitos que não assinaram, mas mesmo assim receberam metas difíceis de serem cumpridas.

“O GDP é a institucionalização da pressão por metas abusivas e do assédio moral na Caixa”, critica o diretor do Sindicato Renato Perez. “Ele não tem valor jurídico, mas o não cumprimento das metas do GDP pode levar ao des-



comissionamento.”

Outro problema, segundo Renato, é que essas metas não foram estabelecidas junto com o bancário. “São impostas e inalcançáveis”, denuncia.

Mesmo os bancários que não assinaram o GDP receberam metas abusivas. É o caso do caixa Felipe (*nome fictício*). “Meu gerente me mandou metas por e-mail que não dá pra cumprir.”

Uma delas é conseguir um débito

automático por dia. “Não dá porque quase ninguém mais paga contas no caixa”, explica. Outra é não ultrapassar o tempo estabelecido para cada atendimento. “A gente até tenta correr, mas nem sempre é possível porque tem dias atípicos, quando falta um dos caixas, por exemplo”, conta.

Outra bancária também se queixa: “Não assinei nenhum acordo, porém ao consultar no sistema, há uma meta gerencial para mim. Eles esquecem que sou apenas auxiliar de atendimento. Em termos de hierarquia e salário, é o menor cargo na Caixa. Curiosamente somos tão cobrados quanto um gerente, assistente de atendimento.”

Renato Perez orienta os bancários, tanto os que assinaram quanto os que não aderiram ao GDP, a denunciar metas abusivas e assédio moral ao Sindicato pelo 3188-5200, pelo WhatsApp (11 97593-7749) ou pelo Assuma o Controle (spbancarios.com.br/denuncias). O sigilo é garantido.

Equacionamento do Reg/Replan

Plano de 2015 já foi divulgado; descontos começarão 20 de setembro, com paridade contributiva. No caso do Não Saldado, deverá ser feito até outubro

Após vários adiamentos, a Funcef comunicou que o plano de equacionamento do Reg/Replan Saldado referente a 2015 será implementado em setembro e os descontos começarão no dia 20, com paridade contributiva. No caso do Não Saldado, o equacionamento deverá ser feito até outubro, segundo a Fundação.

A contribuição extraordinária no Saldado será de 7,86% ao mês pelo prazo de 211 meses. Esse é o segundo equacionamento cobrado dos participantes desse plano. O de 2014 tem sido cobrado desde 2016, com taxa de 2,78%.

“Essa era uma conta que já estava prevista, mas o que nos incomoda é a maneira política como o equacionamento é tratado. Os diretores eleitos fizeram promessas impossíveis de serem cumpridas e agora jogam para a plateia sem apresentar soluções para os problemas”,

critica a diretora de Saúde e Previdência da Fenae, Fabiana Matheus.

Fabiana destaca que esse tipo de comunicado da Funcef sempre vem de forma repentina, sem clareza e sem transparência. “Nós vamos fazer esse esclarecimento ao participante da Funcef. Ele tem direito de saber o que significa o equacionamento, como são definidos os valores e o que esperar do futuro. Do jeito que é comunicado, parece que a Funcef está prestes a fechar”, diz.

Em seu site (www.fenae.org.br), a Fenae está publicando série de reportagens para explicar o equacionamento. As postagens estão sendo preparadas a partir das dúvidas enviadas pelos participantes por meio das redes sociais. Para enviar uma pergunta, basta acessar o Facebook da Fenae (www.facebook.com/FenaeFederacao/) e publicar nos comentários de um dos posts da série.

Campanha em defesa dos participantes da Funcef

CONTENCIOSO
essa dívida é da CAIXA

[Cobre, divulgue!]
Precisamos de você nesta luta!

O maior fator de déficit da Funcef vem das dívidas trabalhistas da Caixa. E o banco faz com que o participante do fundo, por meio de contribuições extraordinárias, pague essa conta. “O passivo trabalhista da Caixa é fruto de uma gestão irresponsável, que desrespeita a legislação. Portanto, quem tem de arcar é o banco”, critica o dirigente Valter San Martin.

A campanha Contencioso, essa dívida é da Caixa visa pressionar a direção da Funcef a entrar com ação cobrando que a patrocinadora, a Caixa, arque com o contencioso. Veja no www.fenae.org.br.